



9375324



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	06/08/2019	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Sérgio Moro	GM
2.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	Rogério Xavier Rocha	SAA
5.	Rodrigo Lange	DTIC
6.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
7.	Vladimir Passos de Freitas	AEAL
8.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
9.	Maria Hilda Marsiaj Pinto	SENAJUS
10.	Luciano Benetti Timm	SENACON
11.	Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	SENASP
12.	Rosalvo Ferreira Franco	SEOPI
13.	Fabiano Bordignon	DEPEN
14.	Maurício Leite Valeixo	PF
15.	Adriano Marcos Furtado	PRF
16.	Neide Alves dias de Sordi	AN
17.	Marcelo Augusto Xavier da Silva	FUNAI
18.	David de Lima Freitas	SPO
19.	Mariana Rodrigues Carrijo	AN
20.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
21.	Robson Ferreira Polito	CGGE
22.	Juliana Coelho Antero	CGGE

23.	Gustavo Baptista	SENAD
24.	Bernardo Batista de Assunção	CONJUR
25.	Natália S. Rio dos Reis	AFEPAR
26.	Maurício Oscar Bandeira Maia	CADE
27.	Denilson Santos Leitão	FUNAI
28.	Cássia Polliana do Amaral	CGGE
29.	Leonardo Costa	CGGE
30.	Eduardo Bonfim	SE
31.	Jorge Santa Ritta	SENAJUS
32.	Ivan Gomes Bonifácio	SENAJUS
33.	Suellen Carol Moreno	SENAJUS
34.	Zaira Spohr	SPO
35.	Victor de Souza Leão	GM
36.	Andrezza Klug	GM
37.	Flávia Rutyna Heidemann	GM
38.	Ronaldo Bento	OUV
39.	Luis Alexandre Futuro	GM
40.	Sérgio Rodrigues da Silva	CONTAB/SPO
41.	Vinicius Eloy dos Reis	CADE
42.	Julyana dos Santos Coelho	SENASP
43.	Rafael Henrique Cerqueira	CGGE
44.	Luis Laviano	SENASP
45.	Cristiane Salles	ASCOM
46.	Renata Amoras	ASCOM
47.	Julieta Verlum	GM
48.	Renato Castro	SENASP
49.	Dayud Allison S. Menezes	SENASP
50.	Alfredo José de Souza Junqueira	PF
51.	André Bucar	AN
52.	Gisele Becker	GM
53.	Diego Mantovanel do Monte	DEPEN
54.	Vanessa Luz	DEPEN
55.	Daniel Saboia	GM
PAUTA:	<ol style="list-style-type: none">1. Abertura;2. Informes SE (SPO/SE);3. Informes SE (SEA);	

4. Monitoramento do Planejamento Estratégico – panorama de projetos e de indicadores até junho/2019;
5. Gestão de riscos e de integridade;
6. Aprovação da revisão 2019 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2017-2019;
7. Grupo de Trabalho de Governança de Dados e Sistemas de Informação;
8. Validação do relatório de monitoramento trimestral da carteira de políticas públicas;
9. Informes SE (SEA);
10. Encaminhamentos e encerramento.

DELIBERAÇÕES

1. O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sergio Moro, cumprimentou os presentes e passou a palavra para o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, que presidiu a reunião.

2. O Sr. Washington Bonini iniciou com a pauta sobre os investimentos plurianuais e o PLOA 2020. Informou sobre a obrigatoriedade da execução do orçamento, limitando a devolução de recursos à União, além de remanejamentos para cobrir deficiências que deverão ser justificados de forma mais detalhada. Mencionou também que a sistemática de aprovação de obras será modificada drasticamente, pois todas as obras a serem incluídas no PLOA 2020 deverão atender aos critérios definidos no PLDO 2020 e na Resolução nº 1 de 2019 da Presidência da República, e que o Ministério possui apenas um projeto que atende os requisitos dessa mudança. Solicitou, ainda, a necessidade de reunião extraordinária para o dia 09/08/2019 para tratar dessas questões. Pontuou ainda sobre o nível de detalhamento que será necessário nas próximas propostas orçamentárias, apresentando uma ficha do SIOP e informando que as despesas de TIC deverão ser detalhadas a nível de subelemento. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento substituto, Sr. David Freitas, acrescentou que a Emenda Constitucional nº 100 apresenta e impõe aos gestores um melhor planejamento, pois o processo orçamentário se tornará mais difícil. O desvio do planejamento deverá ser justificado, o que dificulta o trabalho dos gestores e da área orçamentária. Lembrou ainda que, sobre os investimentos plurianuais, apenas um projeto do ministério atende os pré-requisitos. Salientou também que os Titulares são os responsáveis a monitorarem os investimentos e que os projetos deverão atender os pré-requisitos a serem aprovados pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE. Os projetos que não atenderem, deverão ser enviados à Casa Civil para a avaliação.

3. O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sergio Moro, aprovou a realização da reunião extraordinária para o dia solicitado. Apresentou a nova Assessora de Comunicação Social, a Sra. Cristiane Sales, e o Presidente da Fundação Nacional do Índio (novo órgão integrante da estrutura do Ministério), o Sr. Marcelo Augusto Xavier, aos presentes. Em seguida, o Sr. Washington Bonini seguiu a pauta informando que a Casa Civil estabeleceu projetos prioritários da Presidência da República que serão acompanhados e apresentados à sociedade em portal na internet. Esses projetos têm sido apresentados em eventos para demonstração da evolução das entregas do governo. Foi definido que o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP fará parte de dois eixos, a saber: Mais segurança e Fortalecimento do combate à corrupção. Os eixos desdobram-se em quatro projetos prioritários, quais sejam: Mais segurança (Enfrentamento aos crimes violentos; Ampliação do número de vagas em presídios e aprimoramento da gestão do sistema prisional; e Melhoria dos processos de venda de bens apreendidos de tráfico de drogas.); e Fortalecimento do combate à corrupção (Fortalecer o combate à corrupção, às organizações criminosas e à lavagem de dinheiro). Ressaltou-se a importância de os projetos estratégicos relacionados aos projetos prioritários da Presidência da República estarem com as informações sempre atualizadas, bem como de suas entregas demonstrarem os principais produtos entregues à sociedade, dada a necessidade de constante fornecimento de informações à Casa Civil.

4. Dando continuidade à pauta, foram apresentados os principais resultados dos projetos e dos indicadores das seguintes unidades: Assessoria Especial de Controle Interno (Projeto Implantação do Programa Integridade no Ministérios da Justiça, com 99% de andamento, e o Indicador Monitorar o cumprimento da Execução do Plano de Providências Permanentes, com coleta de 100% para o último período); Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Projeto Ampliação e disseminação da ferramenta Cérebro no combate a crimes contra concorrência em licitações, com 68% de andamento, e o Indicador Tempo médio de Análises de Atos de Concentração pelo rito sumário, com coleta de 18% para o último período); e Secretária Executiva (Projeto Carteira de políticas públicas, com 98% de andamento, e o Indicador Execução Orçamentária, com coleta de 64,71% para o último período).

5. No que diz respeito aos informes da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Sr. Rodrigo Lange, dirigente responsável pela referida unidade, tratou sobre a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2017-2019 e do atendimento das atuais demandas de TIC. Mencionou que, para essas deliberações, foi estipulado, na última reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE, o prazo até dia 09 de julho para manifestações e, em não havendo, seriam consideradas validadas. Considerando o exposto, os presentes aprovaram as referidas revisões.

6. Dando sequência à pauta, o Assessor Especial de Controle interno, Sr. Cláudio Py, fez considerações acerca da consultoria da CGU no Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP. Mencionou que foi realizado diagnóstico da situação atual da execução do plano, que foram feitas oficinas para elaboração de modelos lógicos e que a previsão de conclusão do trabalho está prevista para o dia 30/08/19. Destacou ainda a importância do engajamento das unidades envolvidas para a realização dos próximos passos após a entrega do produto final da consultoria da CGU. Por fim, tratou sobre a ampliação dos projetos pilotos de implantação da Gestão de Riscos no Arquivo Nacional e na Secretaria de Operações Integradas.

7. Em seguida, o Assessor Especial do Gabinete do Ministro, Sr. Daniel Saboia, apresentou o resultado do grupo de trabalho de Governança de Dados e Sistemas de Informação. Para tanto, explicou sobre a importância do tema governança de dados, citando algumas questões tratadas no 5º Seminário Internacional sobre Análise de Dados na Administração Pública, dentre elas: Aplicações de Inteligência Artificial na atuação do Estado; Detecção de anomalias, abusos ou fraudes na arrecadação ou no gasto de

recursos públicos; Otimização de processos repetitivos, como atendimento a demandas, triagem de denúncias ou confecção de peças processuais; Mineração de textos e outras fontes de dados não estruturados, para geração de insumos para processos de análise; e Apoio à tomada de decisão em políticas públicas baseada no uso de visão computacional ou no processamento de imagens. Apresentou também alguns casos de aplicação de ferramentas de *big data analytics*, por exemplo, de mineração de dados textuais que podem auxiliar os gestores na tomada de decisão nas proposições de novos normativos. Sobre o grupo de trabalho, informou que foi feito um diagnóstico da governança de dados do Ministério, a partir da quantidade de bases e de necessidades das unidades e das principais bases externas utilizadas pelas unidades. Foi citado, também, alguns acórdãos do TCU que tratam da importância de ser instituída uma Política de Governança de dados e do compartilhamento do uso das bases de dados governamentais para melhoria da gestão de políticas públicas. Partindo de algumas premissas, a exemplo da que os dados coletados ou produzidos pelos órgãos da Administração Pública pertencem ao Estado e devem servir à execução de políticas públicas, foi proposta a criação do Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação - CGDI e da Política de Governança de Dados e Sistemas de Informação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que comporão o Sistema de Governança do MJSP.

8. O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sergio Moro, pontuou questões que devem ser avaliadas pelo comitê, a exemplo da garantia de proteção de consultas na base de cadastro do CPF em atividades das unidades, bem como do compartilhamento de bases de dados entre as unidades do MJSP. A Sra. Neide, Diretora do Arquivo Nacional, expôs que está articulando um plano para apresentar ao Ministro, que tratará também da guarda segura dos documentos digitais. Com isso, foi aprovada a criação do Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação - CGDI e da Política de Governança de Dados e Sistemas de Informação do Ministério da Justiça e Segurança Pública pelos presentes.

9. Dando continuidade, o Sr. Washington propôs a validação do relatório de monitoramento trimestral da carteira de políticas públicas já enviado previamente aos membros do CGE e já aprovado pela Comissão-Técnica do CGE na reunião de 15/07/19. Sendo assim, o relatório foi aprovado pelos presentes. Em seguida, tratou da realização da Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), que, conforme previsto na Resolução CGE nº 1, de 19 de janeiro de 2018, contempla o primeiro ciclo quadrimestral de monitoramento da estratégia e que acontecerá no mês de agosto de 2019. Essa reunião é o momento para a eventual redefinição da estratégia, que engloba a alteração de meta de indicadores e a alteração de cronograma de projetos estratégicos, adequando nosso Planejamento Estratégico ao contexto atual das unidades. Para tanto, as unidades deverão identificar os ajustes que julgar necessários à estratégia para avaliação pelo CGE na reunião do final de agosto. As sugestões de mudança deverão ser apresentadas até o dia 09/08/19, conforme as orientações do e-mail encaminhado pela CGE no dia 22/07/19, bem como disponíveis no site <https://justicagovbr.sharepoint.com/sites/RAE>. Solicitou-se atenção especial dos Srs. Dirigentes ao conteúdo das propostas de alteração e a sua validação. Sobre a pauta da carteira de políticas públicas, o Sr. Washington lembrou aos presentes a deliberação do CGE na reunião de 02/07/19 de fornecer prazo até o dia 09/07/2019 para que as unidades se manifestassem. As propostas foram avaliadas, consolidadas e validadas pela Secretaria-Executiva - SE, com a publicação da Resolução nº 06 do CGE, de 1º de agosto de 2019.

10. Por fim, o Sr. Washington informou sobre o processo SEI nº 08011.000185/2019-53, para a coleta de indicadores e a atualização do andamento dos projetos estratégicos, a serem realizados nos devidos sistemas até o dia 12 de agosto. Mencionou ainda que as unidades responsáveis pela apresentação de projetos e de indicadores da próxima reunião serão a SENASP (projeto Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB) e um indicador, o DEPEN (projeto Maximização da geração de vagas em unidades prisionais) e um indicador, e a PF (projeto Delegacia modelo de investigação e análise financeira) e um indicador.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO MORO, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 14/08/2019, às 19:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Oscar Bandeira Maia, Usuário Externo**, em 15/08/2019, às 09:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 15/08/2019, às 11:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 15/08/2019, às 11:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME CALS THEOPHILO GASPARE DE OLIVEIRA, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 15/08/2019, às 13:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 15/08/2019, às 13:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 15/08/2019, às 14:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Leite Valeixo, Usuário Externo**, em 15/08/2019, às 16:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 15/08/2019, às 17:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Washington Luiz Santos, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 16/08/2019, às 16:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREZZA CRISTINA CARDOS DE OLIVEIRA KLUG, Assessor(a) do Gabinete do Ministro**, em 21/08/2019, às 18:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 21/08/2019, às 18:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ALEXANDRE PAIVA FUTURO, Assessor(a)**, em 21/08/2019, às 19:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 22/08/2019, às 14:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Camilo Baptista, Diretor(a) de Políticas Públicas e Articulação Institucional**, em 25/08/2019, às 22:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 27/08/2019, às 13:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Hilda Marsiaj Pinto, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 30/08/2019, às 17:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO MARCOS FURTADO, Usuário Externo**, em 03/09/2019, às 14:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 09/09/2019, às 10:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Bordignon, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 19/09/2019, às 09:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9375324** e o código CRC **D23B87A1**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.